



## **Mulheres camponesas: identidades que resistem**

Mariana Luciano Afonso

Rosemeire Aparecida Scopinho

**Resumo:** Este artigo é fruto de pesquisa realizada com mulheres camponesas de um assentamento rural da região de Sorocaba - SP. O assentamento é oriundo de reforma agrária e organizado pelo MST. O objetivo deste artigo é investigar identidades das mulheres camponesas após inserção no MST, associando-as às modalidades de vivência que emergem, no assentamento, no cotidiano das pessoas. O contexto rural brasileiro caracteriza-se, historicamente, pelo domínio dos latifúndios. Este domínio provocou e provoca êxodo rural e violência contra os povos do campo e das florestas. Neste contexto, a existência dos povos indígenas e camponeses configura-se como ato de resistência. Esta resistência é potencializada quando acompanha a preocupação em preservar e transmitir seus territórios e identidades. Essa preocupação tem se mostrado fortemente presente no MST, justificando a investigação relatada. A pesquisa teve como foco as mulheres camponesas em razão da situação especial de vulnerabilidade em que se encontram, em decorrência da desigualdade de gênero. A investigação se deu por realização de entrevistas semiestruturadas e observações diretas. O referencial teórico utilizado foi a Teoria das Representações Sociais. Conclui-se que, apesar de ainda permanecerem desigualdades de gênero no assentamento, ocorre um processo de ressignificação positiva da identidade feminina e fortalecimento da identidade camponesa.

**Palavras-chave:** Mulheres camponesas. Identidade. Resistência. Comunidade. Movimento social.

### **Peasant women: resistant identities**

**Abstract:** This article is the result of a research conducted with peasant women who live in a rural settlement around Sorocaba – SP. The settlement is organized by the movement of landless rural workers (MST). The purpose of this article is to explore identities of peasant women after their insertion in MST, associating it with the ways of living that emerge in the settlement. Brazilian rural context is historically characterized by the domain of large estates. It has caused rural exodus and violence against peasant people and people from the forests. So, the existence of indigenous peoples and peasants are configured as an act of resistance. This resistance is enhanced when accompanying the concern to preserve and transmit their territories and identities. This concern has been shown in the MST, justifying this research. The research focused on peasant women because of the special situation of vulnerability in which they are included, as result of gender inequality. The investigation was realized by conducting semi-structured interviews and direct observations. The theoretical framework was the Theory of Social Representations. It's concludes that although it still remaining gender inequalities in the settlement, there is a positive process of reframing female identity and of strengthening peasant identity.

**Keywords:** Peasant women. Identity. Resistance. Community. Social movement.



## Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com mulheres camponesas de um assentamento rural da região de Sorocaba - SP. O assentamento em questão é oriundo de reforma agrária e organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo deste artigo é explorar os processos de reconstrução das identidades de mulheres camponesas após inserção no MST, associando-as às modalidades de vivência que emergem, no assentamento, no cotidiano das pessoas.

O contexto rural brasileiro caracteriza-se, historicamente, pelo domínio dos latifúndios. De modo que, também historicamente, este domínio e a expansão dos latifúndios, acompanhados do agronegócio, provocaram e provocam êxodo rural e violência contra os povos do campo e das florestas.

Como exemplos extremos da violência contra essas populações, pode-se citar desde o caso recente de assassinato massivo dos Guarani-Kaiowá desde os últimos anos no Mato Grosso do Sul (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015), em relação aos povos das florestas, até o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, assim como os mais de 200 assassinatos silenciosos de camponeses só no estado do Pará que o seguiram desde então (CARTA CAPITAL, 2015; MST, 2015) em relação aos povos do campo.

Apesar de suas particularidades, ambos os casos contam com algumas características essenciais em comum: foram empreendidos por fazendeiros, pistoleiros e/ou policiais a serviço da manutenção e expansão do latifúndio e do agronegócio, justamente por serem realizados por segmentos política e economicamente poderosos e permanecem, em grande parte, sem punição; têm como cúmplice a violência institucional do Estado, que não realiza demarcação das terras indígenas, no primeiro caso, nem reforma agrária, no segundo; por tratarem-se de casos muito extremos de violência, ganharam atenção midiática, o que pode dar a impressão de que se tratam de casos isolados quando ambos, no entanto, vêm acompanhados de inúmeras situações não visibilizadas de violências cotidianas contra os povos dos campos e das florestas.

Neste contexto, a simples existência dos povos indígenas e camponeses configura-se como um ato de resistência. Esta resistência é potencializada quando acompanha a preocupação em preservar e transmitir seus territórios e identidades. Essa preocupação tem se mostrado fortemente presente no MST, conforme Cruz (2010) e Zacchi (2009), de modo que



há pesquisas que mostram que os sujeitos podem passar por importantes processos de reconstrução e ressignificação identitária após a inserção neste movimento social, conforme Alvaides e Scopinho (2013), justificando a investigação aqui relatada, empreendida com mulheres do MST.

A pesquisa teve como foco as mulheres camponesas em razão da situação especial de vulnerabilidade em que se encontram, de modo que a existência das desigualdades e opressões de gênero tornam a vida da mulher do campo ainda mais difícil, fazendo com que suas identidades expressem de maneira ainda mais intensa a resistência vivida no cotidiano.

Consideramos importante, portanto, segundo Blay (2001) e Silva e Carbonesi (2002), realizar estudos relacionados à questão de gênero pela existência da opressão das mulheres pelos homens, de desigualdades e discriminações de gênero, mesmo quando a igualdade já foi, legalmente, conquistada e deveria ser garantida pela justiça.

### **Mulheres no rural**

As desigualdades de gênero estão ainda mais presentes no mundo rural e sustentam-se em valores morais e tradições que ali têm maior força. Na sociedade rural a estrutura familiar patriarcal é aceita mais facilmente e é reproduzida até mesmo pelas próprias mulheres. Como consequência disso, segundo Vazques (2009), as mulheres do rural estão mais expostas à violência física, sexual e psicológica, bem como às situações de exclusão econômica e dificuldades de acesso às políticas públicas, em relação às mulheres urbanas, além de sofrerem ainda mais com a invisibilidade social.

Silva (1997) afirma que o trabalho feminino assalariado no campo, ao invés de ajudar a caminhar para a igualdade entre homens e mulheres, tornou mais visível a discriminação contra as mulheres. No trabalho como “boia fria” enfrentam menores salários, maior frequência de não registro de carteira de trabalho do que os homens e assédio sexual dos agentes de controle do trabalho. Ainda segundo a autora, as trabalhadoras rurais não casadas têm maior liberdade em suas atividades do que as casadas e optaram por não casar, justamente, para não terem que se submeter à dominação imposta pelos homens.

Para Buarque (1991), a questão do gênero no mundo rural é uma questão de desigualdade social que se expressa, principalmente, pela: constatação de uma hierarquia no ser, ter e estar, entre homens e mulheres, com reconhecimento da desvalorização, exploração,



opressão e subordinação das últimas; formulação de propostas visando promover a equidade de gênero, através de ações dirigidas às mulheres, no campo do desenvolvimento e das políticas sociais; constatação da participação significativamente minoritária das mulheres nas esferas de decisão das organizações atuantes no espaço rural e; na presença de movimentos sociais de mulheres no interior da classe, exigentes de seu reconhecimento de agente social na posição de sujeito, numa clara disposição de constituir uma nova identidade para o feminino.

Portanto, na contramão dos valores patriarcalistas e paternalistas, os movimentos sociais procuram debater os problemas que envolvem a inserção social da mulher, especialmente no mundo do trabalho. No mundo rural, o MST, além de reivindicar a reforma agrária, procura problematizar as relações de gênero nos acampamentos e assentamentos rurais. O Movimento busca modelos organizativos para os acampamentos e assentamentos baseados em valores como: coletivismo, cooperação mútua, fim das desigualdades sociais e também a igualdade de gênero. O MST conta, inclusive, com um Setor de Gênero que defende objetivos gerais e específicos, visando repensar as relações entre homens e mulheres. São eles:

Objetivos gerais: a) Levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar a luta de classes. b) Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade. c) Contribuir para transformar as relações de gênero no MST para que homens e mulheres sejam de fato sujeitos sociais. d) Motivar a construção de novas relações na família, militância e instâncias, baseadas em valores como respeito, solidariedade, igualdade, companheirismo. Objetivos específicos: a) Fortalecer o MST nas suas diversas instâncias e setores. b) Massificar e qualificar a participação das mulheres desde antes do acampamento (na fase de preparação), durante a luta pela terra, nos assentamentos, setores e instâncias. c) Exercer pressão permanente para a construção de novas relações de gênero, baseando-se em novos valores. d) Motivar a construção de um novo jeito de ser família, em que toda a comunidade (núcleos, acampamentos, assentamentos) tenha responsabilidade no processo de educação e formação das crianças e jovens e não apenas os pais biológicos. e) Despertar a mulher para a necessidade de participar das decisões políticas e econômicas, para a importância de assumirem tarefas produtivas e administrativas e serem beneficiadas nos projetos e recursos. f) Fortalecer a auto-estima das mulheres através de atividades de formação específicas. g) Incluir as reivindicações femininas na pauta do MST, como por exemplo: ciranda e educação infantil, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através do cadastro, políticas de saúde específicas para a mulher e a família rural (MST, 2001, p. 147-8).



Em suma, o MST propõe um conjunto de diretrizes e desenvolve ações no sentido de problematizar as relações de gênero no mundo rural. Este é um dos motivos pelos quais consideramos importante realizar estudos relacionados às questões de gênero nos assentamentos organizados por este Movimento.

Outra razão que reflete a importância deste tipo de pesquisa remete ao fato de que no Brasil, hoje, há cerca de um milhão de famílias assentadas. Vazques (2009) ressalta a importância de que as pesquisas desenvolvidas no rural se voltem a estudos relacionados às subjetividades da população camponesa, em especial nos assentamentos rurais. Alterações na subjetividade dos trabalhadores e trabalhadoras têm consequências no assentamento como um todo, englobando desde as relações sociais até a produção, melhorando consideravelmente a qualidade de vida dos assentados e assentadas. A autora afirma também que a ciência deve chamar a atenção para a mulher e o homem do campo, enfatizando a necessidade de um olhar social para esses sujeitos e suas subjetividades, o que contribuiria para a criação e implementação de políticas públicas voltadas para as suas necessidades específicas.

### **Referencial teórico: teoria das Representações Sociais e identidade**

A Teoria das Representações Sociais<sup>1</sup> foi escolhida para investigar as questões propostas porque, segundo Sá (1998), no Brasil ela tem se mostrado um referencial útil para estudos sobre identidade, comunidades, identidade de comunidades e identidade social. Segundo Alexandre (2004, p.130):

Por intermédio do aporte teórico da representação social, torna-se possível penetrar no cotidiano dos indivíduos, considerando seus valores e identidades culturais, buscando suas verdadeiras raízes e origens, proporcionando o descobrimento de aspectos antigos e novos de sua identidade.

Segundo Moscovici (2005), as representações sociais são uma forma de conhecimento comum a um determinado grupo social sobre algum objeto relevante para a sua existência, no entanto, são mais do que opiniões sobre algo, ou imagens de alguma coisa, elas estão mais próximas de “teorias”, de uma espécie de “ciência coletiva” destinada à interpretação e

---

<sup>1</sup> A teoria das representações sociais é empregada em várias áreas das ciências humanas e sociais, embora se fundamente na sociologia de Durkheim, e seu uso começou a partir do ano de 1960.



construção da realidade.<sup>2</sup> Elas criam o senso comum e a realidade, facilitam a comunicação e fortalecem a identidade entre pessoas de um mesmo grupo que as compartilha, além de direcionarem comportamentos e relações com o meio.

A representação social seria, portanto, um importante instrumento, por ser capaz de articular o psicológico e o social como um processo dinâmico, permitindo a compreensão do pensamento social, ajudando, então, a desvendar os mecanismos de funcionamento da elaboração social do real, tornando-se fundamental no estudo das ideias e condutas sociais.

Segundo Alexandre (2004), conhecer as representações sociais de um indivíduo ou grupo social possibilita penetrar no seu cotidiano, ter acesso a seus valores e identidades culturais, buscar suas origens, descobrindo quais são e de onde vêm os aspectos novos e antigos de sua identidade.

### **Procedimentos metodológicos**

Considerando que o material discursivo do qual serão extraídas as representações deve ser produzido pelos sujeitos da forma mais espontânea possível (SÁ, 1998), procurou-se atingir os objetivos por meio de observação direta registrada em diário de campo e de entrevistas semiestruturadas para colher relatos orais sobre as representações sociais de mulheres assentadas no Assentamento Horto Bela Vista, organizado pelo MST em Iperó, na região de Sorocaba - SP. O assentamento existe há quatorze anos, é constituído por 31 famílias e produz, majoritariamente, produtos orgânicos. O critério utilizado para a escolha do assentamento foi o da participação de mulheres no projeto do assentamento, a facilidade de acesso da pesquisadora e a disposição das assentadas em participar da pesquisa.

O número de entrevistas e mulheres entrevistadas, conforme Sá (1998), foi definido pelo critério de saturação, segundo o qual quando os argumentos e/ou temas tornarem-se repetitivos, isto significa que realizar uma maior quantidade de entrevistas, com sujeitos diferentes ou não, nada acrescentaria de relevante ao conteúdo da representação.

As assentadas que participaram da pesquisa foram cinco mulheres, com idade entre 25 e 58 anos, solteiras, casadas ou divorciadas, com diferentes níveis de escolaridade, de

---

<sup>2</sup> Teoria empregada na psicologia social, um de seus principais teóricos foi o psicólogo romeno, radicado na França, Serge Moscovici (1925-2014).



participação social no Assentamento e de militância política no MST, as trajetórias de migração e trabalho também são bastante diferenciadas. O que as unifica enquanto grupo social, entretanto, é o próprio gênero (feminino), a classe social, o fato de pertencerem ao mesmo movimento social, viverem no mesmo assentamento rural, serem mães e trabalharem com a produção de seus lotes. Para preservar o anonimato das entrevistadas, seus nomes reais foram substituídos por um fictício no presente texto.

As entrevistas foram transcritas e analisadas de modo a eleger categorias analíticas que expressassem o objetivo deste artigo, ou seja, investigar os processos de reconstrução das identidades de mulheres camponesas após inserção no MST, associando-as às modalidades de vivência que emergem, no assentamento, no cotidiano das pessoas.

As categorias escolhidas foram Família, Cotidiano, Trabalho e Participação social, pois se referem a temas que foram muito mencionados nas falas, parecendo estar intrinsecamente ligados aos modos de vida no assentamento e às identidades das participantes. A seguir, será apresentada uma análise mais aprofundada de cada um desses temas.

## **Família**

Quando questionadas sobre suas famílias e relações familiares, as participantes falaram sobre as relações com os pais, maridos, ex-maridos, namorados e ex-namorados, filhos e filhas, e, no caso de Neusa (58 anos, casada), que já é avó, com os netos.

Teresa (27 anos, solteira), Carla (41 anos, casada) e Rosa (50 anos, divorciada), que militam ativamente no Movimento, revelam que em muitos momentos o marido ou namorado pode restringir a liberdade e autonomia femininas e tentar limitar a participação política das mulheres. Teresa relata, por exemplo, grande pressão exercida pelo ex-namorado, mas não se privou de sua liberdade pelos ciúmes dele. Quando perguntei se ela teve que escolher entre a relação com o ex e a militância política, ela me respondeu:



*Ahan, ahan, eu acho que em qualquer relacionamento, esse não foi o primeiro que eu tive que fazer essa opção. Tiveram outros relacionamentos em que me perguntaram... se eu preferia ficar com a pessoa ou se eu preferia a militância, ou se eu preferia, hoje, o estudo, não é?! Porque eu sempre fui apaixonada pelo estudo, tem um valor muito presente no MST que é o estudo, então, obrigatoriamente, independente de a gente estar fazendo um curso ou não, a gente sempre está lendo um livro, estudando alguma coisa, e isso incomoda, porque ao invés de você dar atenção para o companheiro, você está... dando atenção para um livro, ou para uma determinada tarefa. Então isso acaba gerando muitas contradições dentro de uma relação.*

Teresa preferiu, assim, neste e em outros relacionamentos, garantir a sua autonomia, não abrir mão de sua militância política ou seus estudos, mesmo que isso pudesse acarretar o fim da relação.

A respeito dos filhos e filhas, as representações são consensuais: eles e elas são prioridade e fonte de amor e prazer na vida dessas mulheres, demandam e significam, porém, um esforço muito grande, o que aumenta a sobrecarga de trabalho sobre essas mulheres.

Teresa comenta que a “função” de mãe não é fácil, ainda mais quando se é mãe solteira. No entanto, completa afirmando que isso não faz com que se sinta vitimizada, e que encontrou apoio e força em outras companheiras do MST. A luta do Movimento social é também uma luta pela sua filha, e pelos filhos e filhas de todas as militantes:

*[...] Não sou a primeira, mas também não sou a última mãe solteira, não é? Não é motivo para eu me fazer de vítima, pelo contrário, eu acho que se eu estivesse fora do MST eu me sentiria vítima... Porque eu ia olhar para mim enquanto indivíduo, mas no MST eu me olho e me enxergo em outras companheiras. Eu posso ver que no MST existem outras companheiras que são mães solteiras, tem outras companheiras que enfrentam dificuldades imensas para poder sustentar seus filhos. E que eu tenho uma filha, tem companheiras que tem cinco, que tem oito filhos e nem por isso pararam de militar, às vezes, passam, assim, maus bocados, mas desistir da perspectiva de luta pelos seus direitos, nunca. Porque ela sabe que ao lutar pelos direitos da grande maioria, ela está lutando pelo direito do seu filho [...] Então, eu acho que ao lutar pelo direito da Fernanda eu também estou lutando pelo direito de outras crianças, e vice-versa!*

Rosa afirma que a união com outras companheiras do MST foi fundamental para que ela conseguisse manter sua liberdade e sua participação política após ter tido os filhos:



*As companheiras contribuíram muito, dava para a gente sair bastante... eu e as demais companheiras, a gente tinha uma vida assim, de bastante liberdade para participar porque as demais companheiras também contribuíam. Assim, quando eu ia na escola, eu resolvia o problema de um monte de coleguinhas, não era só dos meus filhos, e as demais também, quando iam, elas também viam dos meus filhos, a gente tinha um setor de educação que acompanhava o estudo, tanto na escola e fora da escola, da molecadinha, então isso era muito interessante também, não ficava desamparada.*

Percebe-se, assim, nos discursos de todas essas mulheres, a solidariedade e o companheirismo femininos na criação de seus filhos e filhas. Segundo elas, esses laços de solidariedade foram e/ou são de fundamental importância para que conseguissem vivenciar outros aspectos de suas vidas para além da maternidade.

Mesmo contando com esses apoios, entretanto, as participantes ficam sobrecarregadas e acabam diminuindo sua militância política após tornarem-se mães:

*Ah, eu fui mãe para valer, então em muitos momentos eu tive que deixar de ir na luta para cuidar de molecadinha, não é? Principalmente quando estava em... situação de saúde... ou alguma coisa da escola. (Rosa)*

É possível verificar, assim, que as mulheres que se viam, de alguma forma, “presas” ou “reprimidas” nas famílias de seus pais conseguiram, cada uma ao seu modo (casando ou ingressando no MST), libertar-se e enxergarem-se mais autônomas. Teresa, além de conquistar a sua autonomia, conquistou também o apoio da família, que era totalmente contrária à sua participação no MST.

Verifica-se também que todas essas mulheres identificam-se enquanto mães – e também enquanto avó, no caso de Neusa - com orgulho, que apesar de todas as dificuldades (tanto de ser mãe solteira, quanto simplesmente de ser mãe em uma sociedade onde os filhos e filhas são tidos como responsabilidade quase que exclusivamente femininas) conseguiram buscar apoio (principalmente) em outras mulheres, tanto de suas famílias quanto do MST, para seguir em frente e não abdicar de outras relações e aspectos de suas vidas (como a militância política) ao incorporar a eles o fato de serem mães.



## Cotidiano

Para todas as participantes, o cotidiano está, intrinsecamente, ligado ao trabalho, uma vez que este está presente na vida delas, praticamente, desde a hora em que acordam até quando vão dormir. Cláudia (25 anos, casada) descreve seu cotidiano da seguinte forma:

*Eu levo o moleque para o ponto lá embaixo na pista, ele pega o ônibus 6h30 daí enquanto isso eu estou aqui em casa e ele [marido] está na mangueira, daí ele chega, eu coo o leite, daí ele leva no refrigerador que tem que ‘ponha’ lá que a gente põe, daí a gente começa a trabalhar, daí nós vamos até 11h30... almoçamos, descansamos um pouco, depois voltamos a trabalhar. Ainda molhamos a horta de tardezinha.*

*[...] Amanhã é sábado, é dia de eu limpar a casa. Só dia de sábado que eu dou uma lavada aqui, que eu limpo.*

Para Neusa é semelhante, ela destaca, porém, o fim de semana como sendo o período de reunir a família (inclusive os filhos que vivem fora do assentamento):

*Sábado e domingo vem as meninas, vem com os meninos tudo, a criançada... corre para lá, corre para cá...*

É possível notar que o fim de semana é o melhor momento do cotidiano de Neusa, por um lado, por receber toda a família em casa, por outro, porque é quando pode descansar um pouco. Por estar muito relacionado ao trabalho, as representações que descrevem o cotidiano das participantes são as mesmas que descrevem o trabalho: “duro”, “pesado”, “correria”, mas também “prazeroso”, uma vez que, apesar de todas as dificuldades, todas elas gostam muito da vida no campo, indicando um fortalecimento da identidade camponesa após a inserção no assentamento organizado pelo MST.

Nota-se, a partir dos relatos apresentados, que a vida cotidiana das assentadas é muito diferente do imaginário que temos de vida no campo (como uma vida calma, tranquila, livre de estresse, com tempo para lazer e descanso...). Ao contrário, elas parecem estar envolvidas pela mesma “correria” do cotidiano da vida urbana. Este ritmo de vida – que pode acarretar em danos para a saúde física e psicológica das mulheres – pode ser explicado pela quantidade insuficiente de subsídios e créditos por parte do Estado destinados aos assentamentos de reforma agrária, o que faz com que o tempo dedicado ao trabalho nos lotes, bem como a própria natureza deste trabalho tenham que ser intensificados. Mesmo assim, muitas vezes a renda advinda da produção nos lotes não é suficiente para a sobrevivência das famílias, o que



faz com que elas procurem também outros trabalhos na cidade, o que, por sua vez, acelera ainda mais o ritmo de vida das assentadas.

## Trabalho

As definições de trabalho mais apresentadas pelas participantes foram “duro”; “difícil”; “exaustivo”, o que indica uma significativa sobrecarga daquelas mulheres, que, além de trabalharem na produção de seus lotes (“na roça”), são também as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, são mães e militam constantemente. Com exceção de Cláudia e Neusa. Neusa, contudo, envolve-se bastante em projetos comunitários do assentamento; Teresa e Carla ainda trabalham na cidade; Cláudia e Neusa trabalham com a comercialização dos produtos de seus lotes, e Teresa, Carla e Rosa estão cursando ensino superior.

Essa sobrecarga pode ser observada, por exemplo, nas seguintes fala Neusa:

*Eu lavo, faço teste nos leites, eu coloco os leites, faço o pagamento, eu cuido de horta... tem uma hortinha que nós mandamos para a entidade de Tatuí, então toda quarta feira vai assim de 300, 400 quilos das coisas sabe... Variado de produto, é alface, chicória, mandioca... mas vai. Então, e eu tomo conta disso tudo! Difícil para mim. Mas mesmo assim eu... eu não abro mão do meu lugar não, eu adoro aqui viu! Gosto mesmo.*

Esta última fala indica, contudo, um grande prazer proporcionado pelo trabalho rural e pela vida no campo. Foi possível perceber que todas as entrevistadas, apesar das dificuldades do trabalho no campo, gostam muito de exercê-lo, preferindo essa modalidade de trabalho ao trabalho urbano.

Carla descreve o trabalho na terra como sendo sua grande vontade política:

*Como o assentamento tem todas as dificuldades de comercialização, de produção... você as vezes tem que sair para fora do assentamento para fazer um bico, trabalhar, então hoje eu estou fazendo um bico, trabalhando fora, mas isso é por pouco tempo porque a minha ideia é assim que eu me formar o ano que vem, dar umas aulas, vou me formar professora [...] Na verdade com o intuito de investir na terra, essa é a minha grande vontade política, além de ajudar a organizar a luta pela terra, contribuir também com a produção no assentamento*

Em contraposição ao trabalho que exerce na cidade, classificado por ela como um trabalho alienado:



*É um trabalho alienado, e... eu estou fazendo isso por um motivo de necessidade financeira mesmo, econômica [...] os produtos que a gente vende aqui no lote já estão ficando num preço muito baixo, e realmente não dá, não dá para sustentar a família.*

Cláudia revela com orgulho que toda a sua renda é extraída do trabalho em seu lote:

*É assim... todo dia é aqui, não trabalho fora, nossa renda vem daqui, só daqui. Do leitinho que a gente tira, e da horta que a gente planta, e de verdura que a gente tem também, que a gente planta. Tudo daqui, nada de fora.*

Ela indica também o quanto gosta do trabalho no campo, identificando-o como fonte de autonomia:

*Eu gosto (risos), eu adoro, não troco a minha vida por nada. Eu não troco, adoro mesmo, é uma voltinha que eu dou, passo um pouquinho de cerco... Não é o dia inteiro trabalhando que, eu trabalho para mim, não é? Eu sou minha funcionária*

A sobrecarga do trabalho no assentamento é atribuída, por um lado, ao fato de o trabalho no campo ser considerado, ao mesmo tempo, um trabalho pesado e também intenso em atividades. Principalmente quando a mão de obra pela qual ele é dividido é limitada (no caso, a família), agravado ainda pelo fato de que essas famílias não podem contar com muitos recursos tecnológicos, uma vez que o Estado não garante acesso aos mesmos.

E, por outro lado, à divisão sexual do trabalho, na qual, apesar de o trabalho no lote ser dividido entre homens e mulheres, o trabalho doméstico é tido (senão exclusivamente, pelo menos majoritariamente) como responsabilidade feminina. Teresa, Carla e Rosa consideram a sobrecarga feminina como produto de uma sociedade capitalista e patriarcal:

*A gente sabe que quem reproduz as desigualdades é o sistema capitalista... O patriarcado é um pilar de sustentação do sistema capitalista (Teresa)*

E atribuem essa visão “crítica” como decorrente de suas militâncias no MST e acreditam ainda no Movimento como uma possibilidade de transformação dessa sociedade:



*O Movimento que me fez enxergar melhor, visualizar melhor o funcionamento da sociedade, do sistema capitalista, me fez enxergar as opções e oportunidades, e a possibilidade de se construir uma sociedade diferente, e a possibilidade de lutar pelos direitos. [...] Então, eu devo muito ao Movimento Sem Terra [...] o Movimento trouxe isso para a gente, que é a fundação da consciência... Que é a necessidade de lutar para transformar. (Carla)*

Nota-se, assim, que essas mulheres não vivem situações de trabalho totalmente igualitárias, mas também não são vítimas fracas e desamparadas de uma sociedade patriarcal. Elas têm consciência de como funciona essa sociedade, e, quando se sentem prejudicadas, têm vontade de mudar a forma como as relações são estabelecidas. Não estão aprisionadas em casa, vão para a rua, trabalham na cidade, militam, estudam fora. E, embora saibam da existência de desigualdades, tanto em algumas relações familiares e de trabalho como na sociedade como um todo, não se enxergam submissas, e têm vontade de transformação.

Por fim, outra questão destacada por algumas entrevistadas foi que alguns aspectos de certas políticas de crédito do Estado implantadas no assentamento favorecem também a divisão sexual do trabalho e dificultam a autonomia feminina. Segundo elas, o que mais dificulta a emancipação feminina e o estabelecimento de relações igualitárias de gênero é a indiferença do Estado, a quantidade insuficiente de políticas públicas e financiamento para os assentamentos, pois, quando se está “a ponto de passar fome”, é muito difícil refletir sobre a forma como as relações humanas – entre elas, as relações de gênero - se constituem e construir uma mobilização coletiva para transformá-las.

*Você tem práticas, não é? Num assentamento, que deveriam ser potencializadas, e que nesse aspecto das mulheres seria interessante, mas falta o principal que é financiamento... Nessa perspectiva do assentamento endividado acaba sendo muito difícil de potencializar essas práticas. (Teresa)*

Percebe-se, então, que o Estado é mais um “obstáculo” à autonomia da mulher, tanto porque as políticas públicas existentes colaboram para reproduzir e não transformar a condição feminina, quanto pela omissão dele em relação ao endividamento e falta de recursos materiais para garantir a sobrevivência e qualidade de vida das famílias assentadas.



## Participação Social

Sobre a participação social das entrevistadas, pôde-se perceber que ela é mais intensa e mais cheia de significados quanto maior o grau de militância e participação política, tanto no assentamento quanto no MST como um todo. De tal modo que, para Cláudia, que não milita e tem participação política limitada, sua participação social parece vazia de significação. Para essa entrevistada, a participação social está restrita a ir a algumas festas, dialogar junto com o marido, com o ITESP e o banco, quando isso se faz necessário para tratar de algum assunto de seu lote em particular, e a participar de reuniões no assentamento. Este tipo de participação, contudo, não deve ser menosprezado, uma vez que, segundo Honório (2005), Schwendler, Zanetti e Polla (2003), a participação social feminina em contextos rurais, principalmente em assentamentos, costuma ser muito menor.

Há iniciativas do MST voltadas para as mulheres e ampliação de sua participação social, como a elaboração de oficinas e atividade de formação sobre saúde, um projeto de cultivo de hortas medicinais, o incentivo aos estudos (hoje há três mulheres e dois homens do Assentamento Horto Bela Vista fazendo faculdade, por indicação do Movimento) e o incentivo para que as mulheres adquirissem documentos próprios:

*[...] A gente fez uma batalha lutando para a questão do salário maternidade, e... depois pela documentação das mulheres, a maioria das mulheres Sem Terra não tinha documento. É, até o CPF era o CPF do marido... é... não tinha identidade. (Rosa)*

Quando perguntei à Carla se as políticas do MST sobre a questão de gênero são suficientes, ela respondeu:



*Na discussão do socialismo, a discussão da questão de gênero ela é um pouco discriminada, historicamente, não é?! [...] porque a mulher, ela traz essa radicalidade dentro dela, ela traz essa radicalidade, inclusive pelo fato de nessa sociedade, de ela ser responsável, ela que está ali o tempo todo pensando o que que o filho dela vai comer, entende?! O que ele vai vestir [...]. Então ela luta, só que para ela lutar ela precisa dessa interferência, ela precisa ter essa formação da consciência, então o MST, assim como todo o processo histórico de luta de classes, ele deixa muito a desejar na necessidade efetiva de consolidar, de fortalecer a discussão de gênero. [...] Mas o MST avançou muito, eu acho que é um dos Movimentos aqui do Brasil que trouxe muito forte essa discussão da questão de gênero [...] No MST nós temos um pouco mais essa clareza, inclusive da parte dos companheiros também, da necessidade de organizar a questão de gênero e que se não combater o machismo, se não combater a discriminação racial, ou qualquer tipo de discriminação, que luta você vai consolidar?! Então essa luta tem que acontecer... concomitantemente, tem que ir junto, tem que ser um debate que tem que ser feito junto, dentro da luta de classes.*

Apesar dos avanços e limitações do Movimento, as/os militantes percebem a necessidade de se debater a questão de gênero junto com a luta de classes - necessidade esta colocada também pelo próprio Movimento (MST, 2003). Na fala acima aparece também uma representação sobre a identidade feminina ligada a uma “radicalidade”, a uma força que todas as mulheres teriam para reagir às dificuldades impostas pela sociedade.

Outros elementos de identidade que apareceram nos discursos das entrevistadas e merecem destaque são o de se perceberem enquanto mulheres assentadas, e enquanto mulheres do MST que reivindicam respeito, participação política e possibilidade de fazer política sem precisarem abrir mão de sua feminilidade, de sua identidade feminina:

*[...] E hoje sou mulher assentada (Rosa)*

*[...] E nós mulheres do MST, queremos ser respeitadas e fazer política, discutir política... com a nossa forma, com o nosso jeito de ser que é feminino. Gostando de flores, gostando de rosas (Teresa)*

Observa-se, dessa forma, que, confirmando a tese de Cruz, Carvalho e Vieira (2008), quanto maior a proximidade das participantes com a militância política e com as direções do MST, maior a sua inserção social e mais críticas são suas visões de mundo a respeito dos processos de dominação de classe e gênero, sendo que em seus discursos aparecem muitas referências ao capitalismo e ao patriarcalismo enquanto fontes da desigualdade entre mulheres e homens e entre as classes sociais. O maior contato com o MST também parece intensificar o



processo de reconstrução de identidades, fazendo com que as participantes mais próximas do Movimento social se enxerguem e se coloquem de maneira mais autônoma.

### **Considerações finais**

O trabalho de campo e as entrevistas realizadas possibilitaram conhecer essas mulheres e alguns aspectos de suas rotinas, destacando-se entre eles as relações familiares, vida cotidiana, trabalho e participação social. Por meio dessas categorias foi possível ter acesso às representações sociais das mulheres sobre elas próprias, sobre suas identidades, relações sociais, e lugares que ocupam no Assentamento.

As representações das assentadas indicam que a participação social é mais intensa e mais cheia de significados quanto maior o grau de militância e participação política, tanto no assentamento, quanto no MST como um todo.

Cruz, Carvalho e Vieira (2008) partem do entendimento de que a política transforma a vida e a identidade das mulheres rurais a partir do momento que elas começam a participar de movimentos sociais, mas, mais intensamente, se elas militam nos movimentos sociais, o que amplia sua autonomia e consciência crítica a respeito das desigualdades presentes nas relações de gênero e de classe social. Essa análise parece aplicar-se também na pesquisa relatada.

A participação no MST e no Assentamento contribuiu para que as mulheres repensassem essas questões, para que elas se identificassem enquanto camponesas, enquanto mulheres assentadas. Elas não representavam o ser feminino como “dócil”, “vitimizado” ou “submisso”, mas como portador de uma “radicalidade”, de uma força, como ser que luta e que sabe o valor e a necessidade da luta. São trabalhadoras, mães, mulheres, estudantes, militantes, assentadas, que têm no Movimento social a esperança de construção de um mundo melhor.

Concretamente, não se deixavam aprisionar em suas casas, trabalhavam no campo e na cidade, militavam e retomavam os estudos. Com essas estratégias, ao longo do tempo, revolucionaram as relações familiares e de trabalho em alguns aspectos, embora ainda permanesse no Assentamento uma divisão sexual do trabalho. Conclui-se, portanto, que apesar de ainda permanecerem situações de desigualdade de gênero no assentamento, ocorre um processo de ressignificação positiva da identidade feminina – associando a mulher à noção de força, luta e resistência – e fortalecimento da identidade camponesa.



## Referências

ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v.10, n. 23, p. 122-138, jul./dez. 2004.

ALVAIDES, N. K.; SCOPINHO, R. A. De sem-terra a Sem-Terra: memórias e identidades. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 288-297, 2013.

ANISTIA INTERNACIONAL. Nota pública: Anistia Internacional apela às autoridades brasileiras que protejam os direitos das comunidades Guarani-Kaiowá. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/nota-publica-anistia-internacional-apela-autoridades-brasileiras-que-protejam-os-direitos-das-comunidades-guarani-kaiowa/>>. Acesso em: 25 set. 2015.

BLAY, E. A. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. **Revista da USP**, São Paulo, n. 49, p. 82-97, 2001.

BUARQUE, C. **Feminismo: a mudança do paradigma**. 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

CRUZ, E. F.; CARVALHO, A.M.P.; VIEIRA, M. S. A. **Ação política, transformação social e reconstrução de identidades: um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CRUZ, F. S. Do essencialismo ao não essencialismo? Reflexões sobre a identidade cultural do MST. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 181-201, 2010.

HONÓRIO, R. G. Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 13/14, p. 147-159, 2005.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Construindo caminho**. São Paulo: MST, 2001.

\_\_\_\_\_. **Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder**. São Paulo: Setor Nacional de Gênero – MST, 2003.

\_\_\_\_\_. **Eldorado de Carajás: Para não passar em branco**. São Paulo. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/04/17/eldorado-de-carajas-para-nao-passar-em-branco.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

OS 19 ANOS dos 19 mortos em Eldorado dos Carajás. **Carta Capital**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-19-anos-dos-19-mortos-em-eldorado-dos-carajas-4271.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Petrópolis: UERJ, 1998.



SCHWENDLER, S. F.; ZANETTI, M. A.; POLLA, R. E. As relações de gênero no cotidiano das famílias assentadas e o processo de alfabetização de jovens e adultos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS: identidade, diferença e mediação, 2. 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2003. p. 1-11

SILVA, C. B.; CARBONESI, M. A. R. M. **A mulher no contexto das políticas públicas nacionais.** Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Ouro Preto: ABEP, 2002.

SILVA, M. A. M. De colona a bóia-fria. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997. p. 554-577.

VAZQUES, G. C. F. A psicologia na área rural: os assentamentos de reforma agrária e as mulheres assentadas. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 856-867, 2009.

ZACCHI, V. J. Imagem e movimento: o modo visual na construção da identidade do sem-terra. **RBLA**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 415-439, 2009.

Mariana Luciano Afonso – Universidade São Paulo | São Paulo  
| Brasil. Contato: mariana.l.afonso@gmail.com

Rosemeire Aparecida Scopinho – Universidade Federal de São  
Carlos | São Carlos | Brasil. Contato: scopinho@ufscar.br

Artigo recebido em setembro 2015 e  
aprovado em novembro de 2015.